



Poder Judiciário
Conselho da Justiça Federal

PORTARIA Nº 073, DE 27 DE SETEMBRO DE 2007.

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2007, na forma do ANEXO, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO **FRANCISCO PEÇANHA MARTINS**
Vice-Presidente
no exercício da Presidência

ANEXO A PORTARIA Nº 073 - CJF DE 27.09.2007

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2006 A AGOSTO DE 2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.536.923	123.901	5.660.824
Pessoal Ativo	5.028.806	120.757	5.149.563
Sentenças Judiciais Sem Precatário (do Próprio Órgão)	3.097	0	3.097
Sentenças Judiciais Com Precatário (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	1.507.959	114.574	1.622.533
Demais Despesas com Pessoal Ativo	3.517.750	6.182	3.523.933
Pessoal Inativo e Pensionistas	508.117	3.144	511.262
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.125.218	120.609	2.245.827
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	44	0	44
Decorrentes de Decisão Judicial	1.511.056	114.574	1.625.630
Despesas de Exercícios Anteriores	176.125	6.002	182.127
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	437.994	32	438.026
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)	3.411.705	3.292	3.414.997
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			362.612.840
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,940867%	0,000908%	0,941775%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1,631968%		5.917.726
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	1,550370%		5.621.839

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas: Nas despesas com pessoal ativo estão computadas R\$ 1.622.720.892,82 (hum bilhão, seiscentos e vinte e dois milhões, setecentos e vinte mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos) referentes a Precatórios e Requisição de Pequeno Valor – RPV da Administração Direta e R\$ 1.413.208,23 (hum milhão, quatrocentos e treze mil, duzentos e oito reais e vinte e três centavos) referentes a sentenças judiciais de pessoal Inativo e Pensionistas.

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

GETÚLIO CAIXETA DE SOUZA FERREIRA
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

MARILENE NUNES DA SILVA
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

ALCIDES DINIZ DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL